



# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

LEI Nº. 117/2014.

Em, 03 de Janeiro de 2014.

**DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM BEBIDAS E ALIMENTOS DE CONSUMO HUMANO DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL E REVOGA A LEI Nº 09/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NO MUNICÍPIO DE CONGO.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA,** usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Congo, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal criam o Serviço de Inspeção Municipal – SIM e dá outras providências:

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº9.712/1998 e ao Decreto Federal nº5.741/2006, que constitui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Art. 2º. A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade conjunta das Secretarias de Agriculturas e de Saúde do Município de Congo.

§1º. A presença do inspetor nos estabelecimento é obrigatória no momento de abate de animais, quando se tratar de abatedouro, para a inspeção *ante* e *pós morten* dos animais e das carcaças.

§2º. Não será necessária a presença permanente do inspetor nos estabelecimentos, sendo que a inspeção se dará através de visitas rotineiras ou eventuais dos inspetores, exceto nos momentos de abate de animais, previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

§3º A inspeção sanitária se dará:

I – Nos estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de bebidas e alimentos de consumo humano, excluídos restaurante, padarias, pizzarias, bares e similares;

II – Nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

*Romualdo A. Carneiro de Sousa*  
Prefeito Constitucional

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB  
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100

**E-MAIL [pmcongo@hotmail.com](mailto:pmcongo@hotmail.com)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

Art. 3º - A Secretaria de Agricultura do Município de Congo estabelecerá parceria e cooperação técnica com municípios, o Estado da Paraíba e a União além de participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância ao Suasa.

§1º Caberá ao Serviço de inspeção do Município de Congo a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária. Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Congo a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

§2º Após a adesão do SIM ao Suasa, os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional.

Art. 4º - A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário das bebidas e produtos alimentícios de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Secretária de Saúde, incluindo restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares e se dará em consonância ao estabelecimento na Lei nº 8.080/1990.

Art. 5º - Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando um processo de educação sanitária.

Art. 6º - A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária.

Art. 7º - Será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária constituído de representantes da Secretária de Agricultura e outro da Secretária de Saúde, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, norma, portarias e outros.

Art. 8º - Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária.

Romualdo A. Quirino de Sousa  
Prefeito Constitucional

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo - PB  
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100

E-MAIL [pmcongo@hotmail.com](mailto:pmcongo@hotmail.com)





## PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

Parágrafo único – Serão de responsabilidade das Secretárias de Agricultura e da Saúde a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo município.

Art. 9º - Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

- requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção, indicando a adoção de Boas Práticas de Fabricação;
- CNPJ ou a inscrição do produto rural na Secretaria da Fazenda Estadual;
- planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;
- memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados.
- descrição das diretrizes de rotulagem para cada produto;
- boletim oficial de exames da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

Parágrafo único – É vedada a limitação de acesso ao registro sanitário e à comercialização das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal em função do caráter estrutural, incluindo escalas das construções, instalações, máquinas e equipamentos, desde que asseguradas a higiene, sanidade e inocuidade das bebidas e alimentos de consumo humano;

Art. 10 – O estabelecimento pode trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com as necessidades para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar outra.

Art. 11º - A embalagem das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal deverá obedecer às condições de higiene necessárias



## PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único – Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 12º – Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade inocuidade.

Art. 13º – a matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Art. 14º - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no orçamento do Município.

Art. 15º - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções e decretos baixados pela Prefeitura Municipal de Congo e por sua Secretaria de Agricultura, após debatido no Conselho de Inspeção Sanitária.

Art. 16º - O poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. – 17º Revogam as disposições em contrário entrando em vigor esta Lei na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de Janeiro de 2014.

  
**ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA**  
**PREFEITO CONSTITUCIONAL**  
Prefeito Constitucional

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB  
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: (83) 3359-1100

[E-MAIL pmcongo@hotmail.com](mailto:pmcongo@hotmail.com)